

A UNIÃO EUROPEIA APÓS A QUEDA DO MURO DE BERLIM: SUCESSOS E DESAFIOS

Paulo Vila Maior

Professor Auxiliar

Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - UFP

pvm@ufp.edu.pt

COMO REFERENCIAR ESTE ARTIGO: VILA MAIOR, Paulo - A União Europeia após a queda do muro de Berlim : sucessos e desafios. **Revista da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais**. Porto : Edições Universidade Fernando Pessoa. ISSN 1646-0502. 6 (2009) 196-205.

RESUMO

O artigo explora os efeitos endógenos e exógenos da queda do muro de Berlim no processo de integração europeia: os desenvolvimentos na União Europeia (UE) foram determinados por aquele acontecimento? E, em consequência, a UE projectou-se no exterior? O artigo identifica, nas conclusões, a esquizofrenia do processo de integração europeia: a UE é um gigante económico e um anão político. A UE não conseguiu assumir protagonismo no teatro das relações internacionais. Todavia, esse diagnóstico não traduz um insucesso do processo de integração europeia.

PALAVRAS-CHAVE

União Europeia; queda do muro de Berlim; integração económica; integração política.

ABSTRACT

The article explores endogenous and exogenous effects of the Berlin wall collapse on European integration. Did the fall of the Berlin wall influenced European Union (EU) developments? Did, henceforth, the EU played a role at the international level? The schizophrenia of European integration is emphasised, i.e., the EU as an economic giant and a political dwarf. Whether this is instructive of failure of the European project, notably for the absent international role of the EU, is the issue addressed in the conclusion.

KEYWORDS

European Union, fall of the Berlin wall, economic integration, political integration.

INTRODUÇÃO

À distância de vinte anos, sedimenta-se o tempo e as análises dos efeitos da queda do muro de Berlim. No que diz respeito ao continente europeu e, em particular, ao espaço englobado pelo processo de integração europeia, os vestígios de turbulência dissipam-se com os anos. O que permite, também com o discernimento caucionado pela distância temporal, aquilatar os efeitos da queda do muro de Berlim na construção europeia.

Este texto trata dos efeitos da queda do muro de Berlim no processo de integração europeia, restringindo a análise à União Europeia (UE). Na secção 1, tentamos perceber até que ponto o papel da UE no teatro das relações internacionais sofreu alterações em resultado das mudanças geopolíticas operadas após a queda do muro de Berlim. Interessa apurar se, com os efeitos endógenos e exógenos da queda do muro de Berlim, a UE passou a ser uma entidade com potencial para influenciar acontecimentos exteriores a si. Este exercício deixa em aberto a interrogação que dá origem à secção 2: terá a derrocada do muro de Berlim mudado a natureza da UE, interna e externamente? A pergunta tem pertinência na esfera externa: com o renovado cenário geopolítico e a emergente unipolaridade, terá a UE perdido uma oportunidade para deixar de ser um anão político e se agigantar no plano das relações internacionais?

1. A UNIÃO EUROPEIA APÓS A QUEDA DO MURO DE BERLIM

A queda do muro de Berlim lançou sementes no processo de integração europeia? É neste contexto que se abordam os efeitos endógenos da derrocada do muro de Berlim na construção europeia. Por efeitos endógenos consideramos as alterações na natureza e no funcionamento das Comunidades Europeias (CE) ditadas pela janela de oportunidade aberta pela queda do muro de Berlim. A causalidade encontra-se num fenómeno exterior ao processo de integração europeia, o que poderia levantar dúvidas sobre a qualificação daqueles efeitos como endógenos. O entendimento que perfilhamos é o seguinte: admitindo a origem exterior das causas, os efeitos dizem respeito à natureza e ao funcionamento das CE, o que faz deles endógenos ao processo de integração europeia.

É possível, por outro lado, questionar se a implosão do muro de Berlim não trouxe efeitos diferidos no processo de integração europeia. Diferidos, em primeiro lugar, por se sentirem mais tardiamente do que os efeitos endógenos. E diferidos, em segundo lugar, porque poderão ter trazido à UE protagonismo na esfera internacional pela alteração do quadro geopolítico resultante da extinção do comunismo. A propósito dos efeitos exógenos, perguntar-se-á se a UE conseguiu atingir dimensão internacional e passou a ter um papel relevante no teatro das relações internacionais. Daí estes efeitos serem vistos como exógenos, por terem permitido projectar a UE para o nível externo.

1.1. EFEITOS ENDÓGENOS

Os primeiros trinta anos de integração europeia¹ foram marcados pela inércia (Urwin, 1991). Por se tratar, por um lado, da infância do processo de integração europeia, o que não mo-

¹ Considera-se a Comunidade Económica Europeia (CEE), criada em 1957, como motor do desenvolvimento da integração europeia.

tivava grandes passos no desenvolvimento das CE. Por outro lado, as décadas de sessenta e setenta foram dominadas por acontecimentos que travaram os ímpetus integracionistas (respectivamente, a desconfiança do presidente francês, Charles de Gaulle, em relação ao método supranacional e a crise económica que tomou conta de quase toda a década de setenta) (Vanke, 2006; Griffiths, 2006). Note-se que a primeira revisão dos tratados que fundaram as CE aconteceu apenas em 1986, quase trinta após a criação da CEE. Com o Acto Único Europeu programou-se o mercado interno para 1 de Janeiro de 1993, estendendo a liberdade de circulação de mercadorias (já então garantida pelo funcionamento da união aduaneira) aos capitais, pessoas, serviços e estabelecimentos (Lodge, 1986). Sendo certo que na criação da primeira das três CE – a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA) – estavam presentes propósitos políticos que passavam pela manutenção da paz (Dinan, 2005), depois disso o processo de integração europeia orientou-se pelos parâmetros da integração económica.

A extinção do comunismo e a reunificação alemã ditaram uma inversão no curso do processo de integração europeia. O mundo deixava de estar atormentado pela guerra fria. E se a reunificação podia diminuir o entusiasmo da Alemanha com as CE, esse temor foi capitalizado em favor do aprofundamento da integração europeia (Banchoff, 1999). A estratégia consistia em levar a Alemanha a fazer uma jura de fidelidade às CE através de um salto qualitativo da integração europeia (Moravcsik, 1998). “Mais Europa” e uma “Europa política” eram os desafios (Baun, 1996). Era um teste para medir o pulso à Alemanha reunificada, para aquilatar o seu empenhamento perante o processo de integração europeia. Era, ao mesmo tempo, uma prova de vida para as CE. Se os piores receios se confirmassem e a reunificada Alemanha virasse as costas à integração europeia, mergulhando no passado imperial (com óbvia ressonância a belicismo), o processo de integração europeia sofriria uma estocada.

A conjuntura jogou a favor dos objectivos ambiciosos de quem esteve na retaguarda desta estratégia (Jacques Delors, presidente da Comissão Europeia, e Helmut Köhl, chanceler alemão). O desanuviamento geopolítico e a desagregação dos regimes comunistas dos países do leste europeu facilitaram a tarefa aos visionários de uma “nova Europa” (Hodson e Maher, 2001). Nessa altura estavam em fase preparatória os trabalhos da conferência intergovernamental que iria estudar a segunda revisão dos tratados institutivos das CE. Com a queda do muro de Berlim o cenário tornou-se tão favorável que os negociadores cavalgaram na ambição. A conferência intergovernamental desdobrou-se: além de estudar as modificações relevantes no plano da integração económica, foi inscrito o objectivo da união política (Heisenberg, 2006).

As negociações das conferências intergovernamentais andaram a par. A primeira tinha a incumbência de estudar em que condições a CEE poderia avançar para a união económica e monetária (UEM) (Andrews, 1993). De repente, o processo de integração europeia passava a circular a uma velocidade vertiginosa. Ainda nem sequer estava em funcionamento o mercado interno (o principal desenvolvimento do Acto Único Europeu, a anterior revisão dos tratados) e já era negociado o passo que se seguia – o modelo da união monetária. A integração europeia abandonava as cautelas e a lentidão que marcaram o desenvolvimento anterior. Esta alteração na estratégia da integração económica tem o selo da mudança proporcionada pela queda do muro de Berlim.

Em paralelo decorriam as negociações sobre a união política. É aqui que se identifica a marca visível da geopolítica posterior ao desabamento do muro de Berlim (Corbett, 1992). Havia

predisposição para negociar sobre algo que até então fora sempre tabu. Tanto assim que vários sectores associavam a integração política a federalismo, e o federalismo à diluição da soberania dos países pertencentes às CE (Buller, 2000). Conceptualmente, uma união política exige, para além do coroamento da integração económica, uma política externa e uma política de defesa comuns, assim como uma autoridade central dotada de poderes substanciais (De Grauwe, 2007). Contrariamente aos fantasmas acenados pelos detractores, uma união política não é sinónimo de federalismo (Koslowski, 1999), nem sequer exige (pelo menos no contexto europeu) a criação de um “super Estado” (Moravcsik, 2002). Embora em propostas iniciais o federalismo tenha aparecido como modelo para a futura união política, depressa a ideia foi abandonada devido aos anticorpos que gerava em certos sectores nacionais (McKay, 1999).

No final das negociações, as conferências intergovernamentais apresentaram uma proposta articulada de revisão dos tratados que caucionava um avanço do processo de integração europeia. À UEM, apazada para 1997 ou, o mais tardar, para 1999, acrescentavam-se dois pilares políticos: a política externa e de segurança comum (PESC) (segundo pilar) e a cooperação no domínio da justiça e assuntos internos (CJAI) (terceiro pilar) (Hix, 2005). A revisão dos tratados foi assinada em Maastricht (Fevereiro de 1992), pouco tempo depois da queda do muro de Berlim e ainda menos tempo após o comunismo se ter evaporado nos países europeus. A causalidade com os acontecimentos de Berlim aparece à vista desarmada.

A geopolítica mundial passou a ser mais favorável, gerando uma oportunidade para o aprofundamento da integração europeia. Ao mesmo tempo, factores de ordem interna facilitaram o passo dado em Maastricht. Perante a relutância inicial da Alemanha em aceitar a união económica e monetária (nomeadamente o banco central alemão, sempre muito influente nos assuntos económicos), por perder o marco alemão como referência de estabilidade após o fim da segunda guerra mundial (Levitt e Lord, 2000), a Comissão Europeia e os restantes Estados membros procuraram oferecer contrapartidas que assegurassem a adesão da Alemanha à união monetária. É neste contexto que surge a união política, em particular a política externa e de segurança comum. Para adoçar a boca aos alemães – porventura azedada com a substituição da moeda nacional por uma moeda única cuja credibilidade era uma incógnita – ofereceu-se-lhes a possibilidade de participarem em missões militares no exterior sempre que elas fossem organizadas no âmbito da PESC (Eichengreen e Ghironi, 1996).

A Alemanha trocava soberania monetária por soberania militar. Era o ingrediente que faltava para pôr cobro às consequências da derrota na segunda guerra mundial: a reunificação tinha sido garantida, faltava obter autorização para que o exército pudesse intervir fora do território nacional. As vantagens difundiram-se por todos os actores envolvidos: à Alemanha, reunificada após a queda do muro de Berlim e com a soberania restabelecida pela diluição dos constrangimentos que pesavam sobre o seu exército; e ao processo de integração europeia, que manobrou entre os interesses dos diversos Estados membros para dar um salto qualitativo.

Outro efeito endógeno sentido no processo de integração europeia foi o alargamento da UE aos países de leste, justamente os países que transitaram do comunismo para a democracia e para a economia de mercado. Apesar das dúvidas que ainda pairam sobre a sustentabilidade deste alargamento (Sjursen, 2002), sobretudo pelo receio de que um alargamento desta dimensão (aumento de quinze para vinte e sete países) trave o aprofundamento da integração europeia, terá pesado o dever de a UE apoiar a entrada dos países de leste. A adesão era entendida como um alicerce do processo de transição destes países. Contudo,

esta foi uma oportunidade para a UE acertar contas com a história e redesenhar o seu futuro. Com este alargamento, o mapa da UE estendeu-se para leste, ocupando uma mancha cada vez maior da geografia europeia.

Se fôssemos cultores da história contrafactual, faria sentido a seguinte interrogação: não tivesse caído o muro de Berlim, teriam estes avanços na integração europeia acontecido – ou acontecido tão depressa?

1.2. EFEITOS EXÓGENOS

Terão as alterações no processo de integração europeia proporcionado a projecção da UE na esfera externa? Com a espessura de um ente político, através de um pilar consagrado aos assuntos externos e militares, a interrogação faz ainda mais sentido. Há aqui uma lógica sequencial: os efeitos endógenos traduziram-se, em momentos posteriores, em efeitos exógenos produzidos pela UE na esfera internacional? Sendo o Tratado de Maastricht a charneira entre uma dimensão quase apenas económica de integração e os primeiros alicerces de alguma integração política, estariam reunidas as condições para afirmar a UE no teatro das relações internacionais, tornando-a num protagonista com capacidade para influenciar os acontecimentos internacionais?

O papel exterior da UE afirmou-se mais no plano económico, em resultado da criação da UEM. Correspondendo a um modelo político-económico com inspiração monetarista, a união monetária foi produto do ajustamento à globalização e à autonomização dos mercados em relação ao processo político (Dyson, 2002). A união monetária conseguiu ser um espaço de estabilidade macroeconómica e gerou uma moeda única que passou a ter visibilidade internacional (Wyplosz, 2006). Parece, aliás, que o euro foi o grande sucesso da UEM, sobretudo se se tiverem em conta as suspeitas iniciais de que a moeda única não teria expressão internacional nem conseguiria granjear a credibilidade das moedas mais fortes (o marco alemão, em especial) (Feldmann, 1997).

O euro conseguiu-se impor como moeda internacional, rivalizando com o dólar e com o iene. E ainda que se discuta a artificialidade do euro forte (devido às taxas de juro mais elevadas na Zona Euro do que nos Estados Unidos e no Japão; e porque as opções de política económica não são convergentes, ficando a impressão que é mais o dólar que se desvaloriza do que o euro, autonomamente, a fortalecer-se), o facto dos países europeus não estarem a ser tão afectados pela crise financeira e a atracção que países fora da zona euro nutrem pela moeda única (mesmo países que não pertencem à UE, como é o caso da Islândia) é a impressão digital dos feixes exógenos que a integração europeia está a produzir.

Fora do âmbito económico, os efeitos exógenos são limitados. A UE desperdiçou algumas oportunidades para se afirmar externamente – ou, pelo menos, para marcar a sua presença em conflitos bélicos que ocorreram em território europeu. Assim sucedeu com o conflito dos Balcãs, com a incapacidade da UE falar a uma só voz, mostrando como a PESC é mais um catálogo de intenções do que um roteiro de acção. Em retrospectiva, nos episódios de crises internacionais – sejam tensões diplomáticas ou conflitos bélicos, dentro e fora do território europeu – a UE desapareceu diante do protagonismo dos grandes Estados membros. Foi assim com a súbita confirmação da independência da Croácia pelo governo alemão, para surpresa dos demais; com a incapacidade dos europeus face às atrocidades nos Balcãs, remetendo a UE à humilhação de se ver ultrapassada pela intervenção dos Estados Unidos;

com a última intervenção militar no Iraque e com a divergência de posições dos grandes Estados membros da UE; ou, mais recentemente, com a declaração de independência do Kosovo, notando-se uma reacção sem sintonia e a divergência de interesses nacionais (alguns Estados membros recusam-se a reconhecer a independência do Kosovo para não alimentarem o desejo de auto-determinação afirmado por minorias nacionalistas no interior dos respectivos territórios).

Desunida na frente diplomática e com pouco interesse em ir além de operações de cosmética no plano militar, a UE não se conseguiu afirmar externamente no mundo saído dos escombros do comunismo. A ordem bipolar fora substituída por uma ordem unipolar, apenas com os Estados Unidos como super-potência dominante (Slomp, 2000). Atendendo ao tradicional alinhamento de posições entre os Estados Unidos e os europeus, e à aliança militar que mantêm desde o final da segunda guerra mundial, não seria de esperar que a UE subisse à cena como a nova rival da super-potência sobranete. Por um lado, a carência de meios militares limitava essa opção (que nunca o foi). Por outro lado, não obstante a aparência de unidade ditada pela emergência da PESC, sobrepujam-se os interesses nacionais sempre que as divergências entre os países europeus falavam mais alto (Tank, 1998). Nem no plano diplomático a UE conseguia falar em uníssono. Daí que lhe ficasse reservado um papel secundário no plano internacional.

A queda do muro de Berlim e a nova geopolítica herdada das ruínas do comunismo não foram aproveitadas para afirmar o protagonismo da UE no plano internacional. Os efeitos exógenos da integração europeia ficaram aquém das expectativas. Sobretudo dos que traduziam a PESC como uma janela de oportunidade para trazer a Europa unida para a cena internacional. Poucas diferenças se notaram por comparação com os efeitos exógenos da integração europeia antes do Tratado de Maastricht (Wagner, 2003). Como dantes, a UE continuava a afirmar uma posição forte na ajuda ao desenvolvimento (Carbone, 2007). E nem uma figura de estilo como o Alto Representante para PESC (criado pelo Tratado de Amesterdão) conseguiu extrair a UE do letárgico papel internacional a que se acantonou (Smith, 2004).

2. A UNIÃO EUROPEIA: AINDA UM ANÃO, OU UM GIGANTE ETERNAMENTE PROMETIDO?

Continua a ser visível a fractura entre a dimensão económica e a dimensão política da integração. A UE é um gigante económico mas continua a ser um anão político (Medrano, 1999). No rescaldo da nova geopolítica resultante dos escombros do muro de Berlim, o processo de integração europeia saboreia aromas agridoces. Há sucessos associados às condições geradas pelo esboroamento do comunismo. Todavia, localizam-se na vertente da integração económica, daí resultando o agigantamento da “Europa económica”. Em contrapartida, o nanismo político é o lado ácido, determinando o insucesso da UE pela incapacidade em ser um actor internacional.

Porventura esta interpretação será exagerada. Cabe aqui uma advertência: o processo de integração europeia move-se num contexto que extrai a UE às comparações fáceis com os Estados-nação (Burgess, 2000). Sendo certo que a transformação das CE na UE acrescentou lastro político à integração europeia, não se pode perder de vista que os Estados membros são as unidades fundamentais do processo. Mesmo quem subscreva posições vanguardis-

tas do processo de integração europeia, propondo a federalização do processo, reconhece que a soberania continua a residir nos Estados membros (McKay, 1999). Os que erradamente conotam os avanços da integração europeia com degradação da soberania nacional (Morgan, 2005) ignoram que se trata de transferência ou, na maior parte dos casos, de partilha de poderes voluntariamente determinada pelos Estados membros (Hix, 2005).

Os interesses nacionais mantêm um peso determinante na configuração do processo de integração europeia. É aqui que confluem as soberanias nacionais com as diferentes culturas dos países pertencentes à UE. Trata-se, em muitos dos países, de um lastro cultural sedimentado ao longo de séculos. Não se lhes pode exigir, em nome da unidade europeia, que abduquem dos interesses nacionais quando uma certa posição externa esbarra com esses interesses. Não se deve ignorar o lema da integração europeia: “unidade na diversidade”.

Talvez seja excessivo olhar para a timidez da PESC e diagnosticar um fracasso da integração europeia (Peterson, 1998). Quem o fizer está a ser induzido em erro – ou por ter alimentado expectativas elevadas quando se anunciou a PESC, ou por indevidamente concluir que a PESC obrigaria os Estados membros a concertarem posições nos planos diplomático e militar. Ao escapar ao primeiro pilar da UE, a PESC eximiu-se da ambição supranacional. Em matéria de diplomacia e de assuntos militares existe uma “falsa política comum” (Vanhoonaeker, 1992), que por ter esta designação pode ser confundida com outras políticas comuns que integram o catálogo de competências supranacionais. A PESC é uma ilha intergovernamental no oceano supranacional da integração europeia. Os Estados membros coordenam interesses no âmbito do segundo pilar da UE, o que se situa num plano distinto. Não é por acaso que a unanimidade é a regra de deliberação na PESC: ficam assim salvaguardados os interesses nacionais sempre que eles sejam divergentes e dessa divergência resulte um atropelo dos interesses do país em causa.

A UE é incapaz de falar a uma só voz no teatro das relações internacionais. O que é menos claro é se isso é suficiente para desqualificar a UE ao ponto de a conotar como um anão político. Atendendo ao contexto, ao peso dos interesses dos Estados no plano das relações externas e na vertente militar, não se pode esperar que a UE seja comparável a um Estado-nação. Até porque essa não é a sua ambição (Marks, 1997). Logo, as expectativas devem ser moderadas. E as exigências colocadas ao processo de integração europeia devem ser adequadas às circunstâncias em que o processo se move. As influências que projectam a imagem da UE para o exterior pouco dependem da geopolítica que emergiu da falência do comunismo (Treacher, 2004). Por um lado, a UE tem chamado a si o papel de mediador de conflitos. Por outro lado, encarrega-se de missões de pacificação de palcos martirizados por conflitos bélicos. No actual contexto de unipolaridade incerta, com potências em ascensão (China, Índia) e outras em ressurgimento (Rússia), a UE oferece o seu contributo se souber exercer a mediação em tensões diplomáticas entre algumas destas potências. Se for exemplar no desempenho deste papel, a UE não pode ser vista como um anão político.

CONCLUSÕES

A derrocada do muro de Berlim fez mais pelo processo de integração europeia do que a transformada UE fez pelo mundo. É o que dita a preponderância dos efeitos endógenos sobre os efeitos exógenos. Não se trata, contudo, de sentenciar um falhanço do processo de integração europeia por a UE ter sido incapaz de se afirmar como potência rival de outras

potências – existentes, emergentes ou potenciais. Nem isso pode desqualificar o aprofundamento da integração europeia após a queda do muro de Berlim. A assimetria entre a União que é um gigante económico e a União que continua a ser um anão político com escassa visibilidade externa não diminui os sucessos alcançados pelo processo de integração europeia desde que o comunismo entrou em colapso. Por causa desta aparente esquizofrenia do processo de integração europeia, não se pode exigir à UE algo que não condiz com o seu património genético. Nem quando o Tratado de Maastricht transformou as CE na UE e deixou no ar a impressão de que os alicerces da união política estavam enraizados a União estava fadada para ser um “super Estado europeu”.

BIBLIOGRAFIA

- ANDREWS, D.** (1993). The Global Origins of the Maastricht Treaty on EMU: Closing the Window of Opportunity. In: Cafruny, A. e Rosenthal, G. (Eds.). *The State of the European Community, Vol. 2: The Maastricht Debates and Beyond*. Boulder, Lynne Rienner, pp. 107-120.
- BANCHOFF, T.** (1999). German Identity and European Integration. In: *European Journal of International Relations*, Vol. 5, Nº. 3, pp. 259-289.
- BAUN, M.** (1996). *Imperfect Union: The Maastricht Treaty and the New Politics of European Integration*. Boulder, Westview Press.
- BULLER, J.** (2000). Understanding Contemporary Conservative Euro-Scepticism: Statecraft and the Problem of Governing Autonomy. In: *The Political Quarterly*, Vol. 71, Nº. 3, pp. 319-327.
- BURGESS, M.** (2000). *Federalism and European Union – The Building of Europe, 1950-2000*. London, Routledge.
- CARBONE, M.** (2007). *The European Union and International Development: The Politics of Foreign Aid*. London, Routledge.
- CORBETT, R.** (1992). The Intergovernmental Conference on Political Union. In: *Journal of Common Market Studies*, Vol. 30, Issue 3, pp. 271-298.
- DE GRAUWE, P.** (2007). On Monetary and Political Union. In: Parsi, V. e Locatelli, A. (Eds.). *Key Challenges to the Global System: Thoughts, Ideas and Essays*. Milano, Vita e Pensiero, pp. 123-130.
- DINAN, D.** (2005). *Ever Closer Union – An Introduction to European Integration*. 3ed. Basingstoke, Palgrave Macmillan.
- DYSON, K.** (2002). Introduction: EMU as Integration, Europeanization, and Convergence. In: Dyson, K. (Ed.). *European States and the Euro: Europeanization, Variation, and Convergence*. Oxford, Oxford University Press, pp. 1-27.
- EICHENGREEN, B. E. GHIRONI, F.** (1996). European Monetary Unification: the Challenges Ahead. In: Torres, F. (Ed.). *Monetary Reform in Europe – An Analysis of the Issues and Proposals for the Intergovernmental Conference*. Lisboa, Universidade Católica Editora, pp. 83-120.
- FELDMANN, H.** (1997). Economic and Political Risks of European Monetary Union. In: *Inter-economics*, Vol. 32, Nº. 3, pp. 107-115.
- GRIFFITHS, R.** (2006). A Dismal Decade? European Integration in the 1970s. In: Dinan, D. (Ed.). *Origins and Evolution of the European Union*. Oxford, Oxford University Press, pp. 167-190.
- HEISENBERG, D.** (2006). From the Single Market to the Single Currency. In: Dinan, D. (Ed.). *Origins and Evolution of the European Union*. Oxford, Oxford University Press, pp. 141-165.
- HIX, S.** (2005). *The Political System of the European Union*. 2ed. Basingstoke, Palgrave Macmillan.
- HODSON, D. E. MAHER, I.** (2001). The Open Method as a New Mode of Governance: The Case of Soft Economic Policy Co-ordination. In: *Journal of Common Market Studies*, Vol. 39, Nº. 4, pp. 719-746.

- KOSLOWSKI, R. (1999). A Constructivist Approach to Understanding the European Union as a Federal Polity. In: *Journal of European Public Policy*, Vol. 6, № 4, pp. 561-578.
- LEVITT, M. E LORD, C. (2000). *The Political Economy of Monetary Union*. Basingstoke, Macmillan.
- LODGE, J. (1986). The Single European Act: Towards a New Euro-Dynamism?. In: *Journal of Common Market Studies*, Vol. 24. Issue 3, pp. 203-223.
- MARKS, G. (1997). A Third Lens: Comparing European Integration and State Building. In: Klaus, J. e Tilly, L. (Eds.). *European Integration in Social and Historical Perspective – 1850 to the Present*. Lanham, Rowman & Littlefield, pp. 23-44.
- MCKAY, D. (1999). *Federalism and European Union: A Political Economy Perspective*. Oxford, Oxford University Press.
- MEDRANO, J. (1999). The European Union: Economic Giant, Political Dwarf. In: Paul, T. e Hall, J. (Eds.). *International Order and the Future of World Politics*. Cambridge, Cambridge University Press, pp. 155-177.
- MORAVCSIK, A. (1998). *The Choice for Europe: Social Purpose and State Power from Messina to Maastricht*. Cornell, Cornell University Press.
- MORAVCSIK, A. (2002). In Defence of the 'Democratic Deficit': Reassessing Legitimacy in the European Union. In: *Journal of Common Market Studies*, Vol. 40, № 4, pp. 603-624.
- MORGAN, G. (2005). *The Idea of a European Superstate: Public Justification and European Integration*. Princeton, Princeton University Press.
- PETERSON, J. (1998). Introduction: the European Union as a Global Actor. In: Peterson, J. e Sjursen, H. (Eds.). *A Common Foreign Policy for Europe? Competing Visions of the CFSP*. London, Routledge, pp. 3-18.
- SJURSEN, H. (2002). Why Expand?: The Question of Legitimacy and Justification in the EU's Enlargement Policy. In: *Journal of Common Market Studies*, Vol. 40, pp. 491-513.
- SLOMP, H. (2000). *European Politics Into the Twenty-First Century: Integration and Division*. Westport, CT, Praeger.
- SMITH, M. (2004). *Europe's Foreign and Security Policy: the Institutionalization of Cooperation*. Cambridge, Cambridge University Press.
- TANK, G. (1998). The CFSP and the Nation-State. In: Eliassen, K. (Ed.). *Foreign and Security Policy in the European Union*. London, SAGE, pp. 9-21.
- TREACHER, A. (2004). From Civilian Power to Military Actor: The EU's Resistible Transformation. In: *European Foreign Affairs Review*, Vol. 9, pp. 49-66.
- URWIN, D. (1991). *The Community of Europe: A History of European Integration Since 1945*. London, Longman.
- VANHOONACKER, S. (1992). A Critical Issue: From European Political Cooperation to a Common Foreign and Security Policy. In: Laursen, F. e Vanhoonacker, S. (Eds.). *The Intergovernmental Conference on Political Union: Institutional Reforms, New Policies and International Identity of the European Community*. Maastricht, Martinus Nijhoff Publishers, pp. 229-247.
- VANKE, J. (2006). Charles de Gaulle's Uncertain Idea of Europe. In: Dinan, D. (Ed.). *Origins and Evolution of the European Union*. Oxford, Oxford University Press, pp. 141-165.
- WAGNER, W. (2003). Why the EU's Common Foreign and Security Policy Will Remain Intergovernmental: a Rationalist Institutional Choice Analysis of European Crisis Management Policy. In: *Journal of European Public Policy*, Vol. 10, № 4, pp. 576-595.
- WYPLOSZ, C. (2006). European Monetary Union: the Dark Sides of a Major Success. In: *Economic Policy*, Vol. 21, Issue 46, pp. 207-261.